

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	27
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	80.359
Preferenciais	0
Total	80.359
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	80.939	31.528
1.01	Ativo Circulante	80.399	6.703
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	47.665	1.116
1.01.01.01	Caixa e Bancos	5	604
1.01.01.02	Títulos e Valores Mobiliários	47.660	512
1.01.03	Contas a Receber	31.969	5.233
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	31.969	5.233
1.01.03.02.01	Empréstimos a receber	8.607	5.233
1.01.03.02.02	Adiantamentos em exclusividade de aquis.societária	23.362	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	422	94
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	422	94
1.01.07	Despesas Antecipadas	343	258
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	2
1.02	Ativo Não Circulante	540	24.825
1.02.02	Investimentos	0	24.375
1.02.02.01	Participações Societárias	0	24.375
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	24.375
1.02.03	Imobilizado	540	450
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	540	450

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	80.939	31.528
2.01	Passivo Circulante	1.149	2.872
2.01.02	Fornecedores	216	1.312
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	216	1.312
2.01.03	Obrigações Fiscais	926	223
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	926	223
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	839	0
2.01.03.01.02	Impostos a pagar	87	223
2.01.05	Outras Obrigações	0	9
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	9
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	9
2.01.06	Provisões	7	1.328
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7	1.328
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7	1.328
2.02	Passivo Não Circulante	46.623	48.992
2.02.02	Outras Obrigações	46.623	48.992
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	46.623	48.992
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	46.623	48.992
2.03	Patrimônio Líquido	33.167	-20.336
2.03.01	Capital Social Realizado	679	679
2.03.02	Reservas de Capital	582	622
2.03.02.04	Opções Outorgadas	582	622
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	31.906	-21.637

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	0	74.508	0	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	0	-7.200	0	0
3.03	Resultado Bruto	0	67.308	0	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.757	-4.446	-7.181	-12.265
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.757	-4.446	-7.181	-12.265
3.04.02.01	Pro-labore da diretoria	-480	-932	-3.453	-6.738
3.04.02.02	Despesas com pessoal	-156	-434	-533	-581
3.04.02.03	Encargos sociais	-139	-305	-872	-1.545
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-637	-1.283	-1.742	-2.495
3.04.02.05	Outras despesas administrativas	-567	-1.138	-552	-866
3.04.02.06	Outros impostos e taxas	-14	-332	-7	-11
3.04.02.07	Depreciações e amortizações	-33	-62	-22	-29
3.04.02.08	Despesas com opções de ações outorgadas	269	40	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.757	62.862	-7.181	-12.265
3.06	Resultado Financeiro	1.381	327	3.412	5.286
3.06.01	Receitas Financeiras	3.593	5.292	5.560	9.833
3.06.01.01	Descontos obtidos	0	2	0	0
3.06.01.02	Rendas sobre aplicações financeiras	1.431	2.230	32	61
3.06.01.03	Variações cambiais ativas	1.666	2.121	5.189	9.177
3.06.01.04	Juros ativos	496	939	339	595
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.212	-4.965	-2.148	-4.547
3.06.02.01	Juros passivos	-765	-1.479	-640	-1.075
3.06.02.02	Variações cambiais passivas	-1.447	-3.486	-1.508	-3.472
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-376	63.189	-3.769	-6.979
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-649	-9.646	0	0
3.08.01	Corrente	-649	-9.646	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.025	53.543	-3.769	-6.979
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.025	53.543	-3.769	-6.979

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,01280	0,66630	-0,04780	-0,08860
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,01270	0,66220	-0,04780	-0,08860

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.025	53.543	-3.769	-6.979
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.025	53.543	-3.769	-6.979

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	28.989	-5.579
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	54.485	-9.498
6.01.01.01	Resultado do período	53.543	-6.979
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	62	29
6.01.01.03	Despesas de juros	1.479	1.075
6.01.01.04	Variações cambiais, líquidas	366	-3.028
6.01.01.05	Juros ativos	-933	-595
6.01.01.06	Despesas de opções de ações outorgadas	-40	0
6.01.01.07	Alienação de ativo imobilizado	8	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-25.496	3.919
6.01.02.01	Despesas antecipadas	-85	-253
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-328	-21
6.01.02.03	Outros ativos	-23.360	1
6.01.02.04	Fornecedores	-1.096	637
6.01.02.05	Impostos a recolher	-136	475
6.01.02.06	Imposto de renda e contribuição social a recolher	839	0
6.01.02.07	Provisões trabalhistas	-121	80
6.01.02.08	Provisão de honorários da diretoria	-1.200	3.000
6.01.02.09	Outros	-9	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	21.215	-37.500
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-160	-485
6.02.02	Empréstimos concedidos	-3.000	0
6.02.03	Adto p/aquisição de partic.societárias	24.375	-37.015
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.655	44.261
6.03.01	Recebimento / (concessão) de empréstimos	0	-2.038
6.03.02	Obtenção / (liquidação) de empréstimos	-3.655	46.299
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	46.549	1.182
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.116	3
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	47.665	1.185

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	679	622	0	-21.637	0	-20.336
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	679	622	0	-21.637	0	-20.336
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-40	0	0	0	-40
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-40	0	0	0	-40
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	53.543	0	53.543
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	53.543	0	53.543
5.07	Saldos Finais	679	582	0	31.906	0	33.167

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	666	0	0	-1.496	0	-830
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	666	0	0	-1.496	0	-830
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.979	0	-6.979
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.979	0	-6.979
5.07	Saldos Finais	666	0	0	-8.475	0	-7.809

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	74.508	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	74.508	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.276	-3.220
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.200	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.076	-3.220
7.03	Valor Adicionado Bruto	65.232	-3.220
7.04	Retenções	-62	-29
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-62	-29
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	65.170	-3.249
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.806	6.361
7.06.02	Receitas Financeiras	1.806	6.361
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	66.976	3.112
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	66.976	3.112
7.08.01	Pessoal	1.384	7.363
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.249	7.287
7.08.01.02	Benefícios	77	32
7.08.01.03	F.G.T.S.	58	44
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.225	1.512
7.08.02.01	Federais	10.225	1.512
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.824	1.216
7.08.03.01	Juros	1.479	1.075
7.08.03.02	Aluguéis	345	141
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	53.543	-6.979
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	53.543	-6.979

Comentário do Desempenho

Companhia em fase pré-operacional até a data-base dessas informações trimestrais intermediárias.

Notas Explicativas

Trimestre findo em 30 de junho de 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A All Ore Mineração S.A. (“All Ore” ou “Companhia”), nova denominação da Steel do Brasil Participações S.A. a partir de 29 de abril de 2011, foi constituída em 18 de agosto de 2008 com o intuito de explorar oportunidades de investimento no setor de minério de ferro do Brasil. De acordo com o seu estatuto social, a Companhia tem por objeto social: (i) a exploração, prospecção, industrialização e comercialização de minérios de ferro, a importação e exportação de bens e produtos ligados à atividade principal, o aproveitamento econômico de concessões de autorização de pesquisa e lavra, a prestação de serviços de pesquisa mineral, a aquisição e o arrendamento de terras destinadas aos seus objetivos e necessidades, bem como direitos e interesses do subsolo, e a prestação de serviços de consultoria em assuntos minerários e afins; e (ii) a participação em outras sociedades.

O acionista controlador da Companhia é a Metropolis Capital Markets GmbH, que no Brasil também é controlador da Metropolis Capital Markets Participações Ltda., da Metropolis Empreendimentos Imobiliários S.A. e da Domus Populi Participações S.A. (nova denominação da MCM Cimentos S.A.).

A Companhia pretende atuar prioritariamente no segmento de jazidas de minério de ferro, que contam com relevante competitividade econômica, mediante: (i) disponibilização de *know-how* e capital para viabilizar projetos economicamente viáveis, mas carentes de investimento; (ii) desenvolvimento de pesquisas geológicas sistemáticas e estudos de viabilidade; e, ainda, (iii) estruturação de novas unidades produtivas.

A Companhia ainda não iniciou as suas atividades minerárias e ainda não emitiu valores mobiliários, além das ações ordinárias de sua emissão. Tampouco há acordo de acionistas arquivado em sua sede social.

Durante o 1º trimestre de 2010, a Companhia informou que começava a implementar seu objeto social, formalizando os contratos para aquisição de 70% da Mhag Serviços e Mineração S.A. (“MHAG”), por US\$ 245 milhões.

A aquisição de 70% das ações da MHAG ainda dependia do cumprimento de algumas condições suspensivas a cargo dos vendedores.

A Companhia e a Noble Resources Limited chegaram a um acordo sobre novo contrato de fornecimento de minério de ferro, que vigoraria a partir da consumação da aquisição da participação na MHAG pela Companhia. Em consequência, Collingham Participações Ltda. (empresa do grupo Noble) ficaria com a mesma participação minoritária detida anteriormente na MHAG, de 30%.

Entretanto, em 8 de junho de 2011, a Companhia divulgou aos seus acionistas e ao mercado que os contratos para aquisição de participação acionária na MHAG foram rescindidos em virtude da não implementação de condições suspensivas por parte da vendedora, nos termos previstos nos contratos.

Notas Explicativas

Em 23 de setembro de 2010, a Companhia firmou contrato de prestação de serviços com ENRC N.V., empresa interessada no conhecimento que a Companhia desenvolveu em relação à Mineração Minas Bahia S.A. (“MIBA”) e à Mineração Peixe Bravo Ltda. (“Peixe Bravo”), na qual a remuneração seria de até US\$ 54 milhões, dos quais US\$ 47 milhões foram reconhecidos e recebidos no trimestre findo em 31 de março de 2011.

2 Apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (Demonstração Intermediária) e com a norma internacional IAS 34 (“*Interim Financial Reporting*”) emitida pelo IASB (“*International Accounting Standards Board*”).

O CPC 22 - Informações por segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da entidade que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões (“*chief operating decision maker*”), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A definição de segmentos depende do efetivo início das operações.

A autorização para a emissão destas informações trimestrais foi dada pelo Sr. Juarez Saliba de Avelar em 12 de agosto de 2011.

3 Práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das informações trimestrais são:

a. Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalente de caixa

São representados por numerários em caixa, saldos em bancos e títulos e valores mobiliários de liquidez imediata. Os títulos e valores mobiliários estão demonstrados ao custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das informações trimestrais.

c. Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores pagos antecipadamente, sendo apropriadas ao resultado em conformidade com o prazo de vigência do contrato.

d. Ativo circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e/ou cambiais auferidas até a data do balanço patrimonial e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização.

e. Imobilizado

Notas Explicativas

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. As depreciações são computadas pelo método linear, tomando-se por base a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Os gastos incorridos com renovação e melhorias que representam um aumento da vida útil dos bens são capitalizados, enquanto as manutenções de rotina e os reparos são apropriados ao resultado do período quando incorridos.

f. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Desde 2008, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

g. Passivo circulante e não circulante

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

h. Instrumentos financeiros derivativos

Na data em que um contrato de derivativos é celebrado os derivativos são reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos de transação que quando incorridos são reconhecidos no resultado e são subseqüentemente remensurados ao seu valor justo, com as variações lançadas contra o resultado.

i. Moeda funcional

A moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534.

j. Tributação

A forma de tributação é o lucro presumido. Nesta modalidade de regime de tributação, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada a razão de 32% sobre o valor da prestação de serviços. Sobre o lucro presumido resultante da aplicação dos 32%, acrescido das demais receitas financeiras auferidas, são aplicadas (i) as alíquotas regulares de imposto de renda de 15%, mais o adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 120 mil no semestre ou R\$ 20 mil no mês, e (ii) 9% para a contribuição social. No caso de exportação de serviços, a alíquota do ISS é de 5%, enquanto o PIS e a Cofins são tributados a alíquota zero.

k. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado básico por ação utilizando-se o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Notas Explicativas

l. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido através de mercados ativos, é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado.

m. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

n. Remuneração baseada em ações

A Companhia mensura o custo de transações com opções de ações outorgadas a seus executivos com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados em contrapartida da reserva de capital.

4 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP).

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para as demonstrações financeiras e conforme o padrão contábil internacional (“IFRS”), emitidos pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

O CPC 37 R (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todos as normas) e IFRS.

5 Gerenciamento de caixa

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado, além de manter o desenvolvimento futuro do negócio. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12, a Companhia tem linha de crédito aberta com o seu controlador do exterior, onde é utilizada a medida em que se verifica necessidade de caixa.

Notas Explicativas

6 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	30/06/2011	31/12/2010
Caixa e bancos	5	604
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	<u>47.660</u>	<u>512</u>
Total	<u>47.665</u>	<u>1.116</u>

Os depósitos bancários de curto prazo são aplicados em títulos de liquidez imediata de instituição financeira (HSBC Bank Brasil S.A.), que possui classificação externa de crédito considerada de primeira linha pelas agências de avaliação de riscos.

7 Empréstimos a receber

Refere-se aos empréstimos para a MHAG, relacionados com a operação mencionada na Nota Explicativa nº 1, firmado por meio de contrato sem garantia real. Sobre o valor do principal serão acrescidos os juros calculados a taxa SELIC apurada entre a data do empréstimo e a data do efetivo pagamento. O valor do principal, acrescido dos juros, deveria ser pago em até 30 (trinta) dias contados da solicitação de pagamento enviada pela Companhia à MHAG.

Em 30 de junho de 2011, o saldo do empréstimo mais os juros incorridos era de R\$ 8.607 (R\$ 5.233 em 31 de dezembro de 2010) e não há provisão constituída para créditos de liquidação duvidosa.

Os contratos relacionados com a aquisição da MHAG foram rescindidos e a Companhia está tomando as medidas cabíveis para obter o ressarcimento dos valores relativos aos empréstimos realizados em favor da MHAG com base em tais contratos.

Até a data dessas demonstrações financeiras intermediárias não havia sido reconhecida nenhuma perda por *impairment*.

8 Despesas antecipadas

Descrição	30/06/2011	31/12/2010
Locação de imóveis	142	170
Seguro – Veículos	8	4
Seguro – Responsabilidade civil administradores	148	81
Seguro – Escritório		1
Anuidade BM&F Bovespa	18	-
Outras despesas antecipadas	<u>27</u>	<u>2</u>
Total	<u>343</u>	<u>258</u>

9 Adiantamentos em exclusividade de aquisição societária

A Companhia havia celebrado Oferta Vinculante com a Campina Participações S.A. (“Campina”) para aquisição de participação societária da MHAG. Para garantir as obrigações de exclusividade de compra, a Companhia pagou a favor do acionista majoritário da MHAG (Campina) o valor de US\$ 20 milhões a título de Taxa de Exclusividade. Nos termos da Oferta Vinculante, a Campina

Notas Explicativas

repassou US\$ 6 milhões (30%) para a Collingham Participações Ltda. (“Collingham”), sócia minoritária da MHAG, titular de 30% da empresa. Estes US\$ 6 milhões foram devolvidos à Companhia pela Collingham, no âmbito de acordo segundo o qual a Collingham permaneceria como minoritária na MHAG. Na data da efetivação do negócio, o valor de US\$ 14 milhões pagos a título de Taxa de Exclusividade seria imediata e automaticamente convertido em parcela do preço de aquisição e deduzido do preço da transação. Para fins de dedução do preço de aquisição, a parcela de preço seria corrigida de acordo com a variação pro rata da *Libor* mais 4% ao ano.

Entretanto, em 8 de junho de 2011, a Companhia divulgou aos seus acionistas e ao mercado que os contratos para aquisição de participação acionária na MHAG foram rescindidos em virtude da não implementação de condições suspensivas pela parte vendedora, nos termos previstos nos contratos.

A Companhia está, nesse sentido, tomando as medidas cabíveis para obter o ressarcimento dos valores pagos à título de Taxa de Exclusividade que são os demonstrados a seguir:

Descrição	30/06/2011		31/12/2010	
	R\$	US\$	R\$	US\$
Campina – Taxa de exclusividade Mhag	21.844	14.000	23.315	14.000
MHAG – Juros	<u>1.518</u>	<u>973</u>	<u>1.060</u>	<u>636</u>
Total	<u>23.362</u>	<u>14.973</u>	<u>24.375</u>	<u>14.636</u>

Até a data dessas demonstrações financeiras intermediárias não havia sido reconhecida nenhuma perda por *impairment*.

*Até a data de rescisão do contrato o valor pago a título de taxa de exclusividade permanecia contabilizado em conta de adiantamento para aquisição de participações societárias.

10 Imobilizado

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados no quadro abaixo:

Ativo	Taxa anual de depreciação	Custo em em 31/12/2010	Adições	Baixas	Custo em 30/06/2011	Depreciação em 30/06/2011	Valor contábil em 30/06/2011	Valor contábil em 31/12/2010
Móveis e Utensílios	10%	7	58	-	65	(3)	62	6
Equipamentos de Informática	20%	61	7	(8)	60	(13)	47	53
Programas de computador	20%	11	-	-	11	(3)	8	10
Veículos	20%	415	-	-	415	(110)	305	347
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	36	95	-	131	(13)	118	34
Totais		530	160	(8)	682	(142)	540	450

11 Provisão para honorários da diretoria e encargos sociais

Notas Explicativas

Trata-se da provisão de prêmios estipulados em contratos firmados com o pessoal-chave da administração da Companhia, que contempla a Direção e o Conselho de Administração e está contabilizado em “Provisões Previdenciárias e Trabalhistas”.

Descrição	30/06/2011	31/12/2010
Honorários da diretoria	-	1.000
Encargos Sociais	=	<u>200</u>
Total	=	<u>1.200</u>

12 Empréstimos a pagar

Trata-se de empréstimos recebidos do acionista controlador Metropolis Capital Markets GmbH decorrentes de linhas de créditos com taxas de juros atreladas a taxa LIBOR ou fixadas em 6% ao ano, cujo saldo não utilizado até 30 de junho de 2011 é de US\$ 2,6 milhões (US\$ 3 milhões em 31 de dezembro de 2010).

O quadro a seguir demonstra o montante dos empréstimos utilizados:

(A) - US\$	Em 30/06/2011		Em 31/12/2010	
	R\$	US\$ Mil	R\$	US\$ Mil
Principal	11.536	7.389	11.858	7.117
Juros	<u>315</u>	<u>202</u>	<u>470</u>	<u>282</u>
Total	<u>11.851</u>	<u>7.591</u>	<u>12.328</u>	<u>7.399</u>
(B) – Eur	Em 30/06/2011		Em 31/12/2010	
	R\$	Eur Mil	R\$	Eur Mil
Principal	33.783	14.904	34.757	15.600
Juros	<u>989</u>	<u>436</u>	<u>1.907</u>	<u>856</u>
Total	<u>34.772</u>	<u>15.340</u>	<u>36.664</u>	<u>16.456</u>
(A + B)	Em 30/06/2011		Em 31/12/2010	
	R\$		R\$	
Principal	45.319		46.615	
Juros	<u>1.303</u>		<u>2.377</u>	
Total	<u>46.623</u>		<u>48.992</u>	

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2011, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 679 (R\$ 679 em 31 de dezembro de 2010) e está representado por 80.359.734 (80.359.734 em 31 de dezembro de 2010) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b. Reserva de capital

Programa de Outorga de Opção de Subscrição ou Compra de Ações Ordinárias

Representado pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações, conforme Nota Explicativa nº 16, obedecendo ao que determina o Pronunciamento Técnico CPC nº 10 - Pagamentos Baseados em Ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562/08.

c. Reserva de lucros

A reserva legal será constituída a base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.

d. Dividendos

O Conselho de Administração está autorizado a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; bem como (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais.

Caberá à Assembléia Geral, constituídas as reservas legais e as reservas estatutárias, se houver, deliberar sobre a destinação dos lucros, sendo, contudo, obrigatória a distribuição anual de dividendos correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), ressalvada a hipótese prevista no §4º desse mesmo artigo.

14 Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

A Companhia mantém instrumentos financeiros contabilizados em caixa e equivalentes de caixa, empréstimos a receber e adiantamento em exclusividade de aquisições societárias, assim como em contas a pagar e empréstimos a pagar.

b. Valor justo

Caixa e equivalentes de caixa, incluindo títulos e valores mobiliários e contas a pagar de curto prazo: os saldos contábeis se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento de curto prazo desses instrumentos.

Empréstimos a receber e adiantamento em exclusividade de aquisições societárias foram classificados como “empréstimos e recebíveis”.

Empréstimos a pagar são contabilizados pelo custo amortizado.

Notas Explicativas

A mensuração do valor justo é derivada de cálculos tomando como base Taxas Referenciais da BM&F DI com posição em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Divulgação valor contábil e valor justo:

	<u>Valor contábil</u>		<u>Valor justo</u>	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Empréstimos a pagar	46.623	48.992	47.357	52.405
Empréstimos a receber	8.607	5.233	8.671	5.501
Outras contas a receber	23.362	24.375	25.204	25.625

Hierarquias de valor justo:

Instrumentos financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos a pagar	-	47.357	-
Empréstimos a receber	-	8.671	-
Outras contas a receber	-	25.204	-

c. Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

Uma das principais responsabilidades da Administração da Companhia é o gerenciamento, dentro de uma política global, das exposições aos riscos de taxa de juros, taxa de câmbio, crédito e liquidez. Neste contexto, a Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposições aos mesmos. A política de controle consiste no acompanhamento das taxas contratadas *versus* às vigentes no mercado.

d. Exposição de crédito

Os ativos expostos a risco de crédito totalizam R\$ 31.969 (R\$ 29.608 em 31 de dezembro de 2010) e são decorrentes das operações de empréstimo (Nota Explicativa nº 7) e adiantamento para aquisição de participações societárias (Nota Explicativa nº 9). A administração da Companhia e seus assessores legais estimam que os créditos devem ser recebidos entre 18 (dezoito) e 30 (trinta) meses a partir da data dessas informações financeiras intermediárias, inclusive mediante garantia de direitos minerários e outros bens dos devedores. A administração da Companhia avalia periodicamente a necessidade de reconhecimento de perda por *impairment*.

e. Exposição cambial

Nem todos os aportes do controlador do exterior são aplicados em ativos no país, pois são utilizados para custear despesas gerais da Companhia tais como honorários da administração, folha de pagamento, serviços de terceiros, entre outras. Desta forma, ativos e passivos em moeda estrangeira não se equivalem, gerando resultado em função da flutuação da taxa de câmbio. No período de 1 de abril a 30 de junho de 2011, a Companhia apurou resultado positivo de R\$ 219 (R\$ 3.681 positivo em 30 de junho de 2010) decorrente do descasamento das operações. No período de 1 de janeiro a 3 de junho de 2011, a companhia apurou

Notas Explicativas

resultado negativo R\$ 1.365 (R\$ 5.705 positivo no período de 1 de janeiro a 30 de junho de 2010).

Em 30 de junho, os ativos e passivos em moeda estrangeira eram:

Conta	Em 30/06/2011		Em 31/12/2010	
	R\$	US\$ Mil	R\$	US\$ Mil
Adiantamentos para aquisições de participações societárias (N.E. 9)	23.362	14.973	24.375	14.636
Empréstimos a pagar (N.E. 12)	(11.851)	(7.591)	(12.328)	(7.399)
Exposição cambial	11.511	7.382	12.047	7.237

Conta	Em 30/06/2011		Em 31/12/2010	
	R\$	EUR Mil	R\$	Moeda
Empréstimos a pagar (N.E. 12)	(34.772)	(15.340)	(36.664)	(16.456)
Exposição cambial	(34.772)	(15.340)	(36.664)	(16.456)

f. Análise da sensibilidade

A Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em Nota Explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Os riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da taxa cambial sobre seus ativos e passivos em moedas estrangeiras e taxa de juros sobre ativos.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade a qual a Companhia estava exposta em 30 de junho de 2011, foram definidos 3 cenários diferentes. Para cada cenário foi calculado o respectivo efeito em função do deslocamento de 1%, 25% e 50% em relação aos indexadores das operações.

Operação	Valor em R\$	Nota Explicativa	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	30/06/2011			1%	25%	50%
Empréstimos a receber	8.607	7	Taxa de juros	10	206	419
Adiantamentos atrelados ao US\$	23.362	9	Cambial	234	5.841	11.681
Empréstimos a pagar atrelados ao US\$	11.851	12	Cambial	119	2.963	5.926
Empréstimos a pagar atrelados ao Eur	34.772	12	Cambial	348	8.693	17.386

Operação	Valor em R\$	Nota Explicativa	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	31/12/2010			1%	25%	50%
Empréstimos a receber	5.233	7	Taxa de juros	6	125	255
Adiantamentos atrelados ao US\$	24.375	9	Cambial	244	6.094	12.188
Empréstimos a pagar atrelados ao US\$	12.328	12	Cambial	123	3.082	6.164

Notas Explicativas

Empréstimos a pagar atrelados ao Eur	36.664	12	Cambial	367	9.166	18.332
--------------------------------------	--------	----	---------	-----	-------	--------

15 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política não efetuar aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Em 30 de junho de 2011 e 2010 não existiam operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

16 Remuneração dos administradores

a. Disposições gerais

A gestão da Companhia é feita pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria.

A remuneração global dos administradores da Companhia é de até R\$ 14.180 anuais, incluindo, além dos honorários mensais, as vantagens ou benefícios de qualquer natureza que eventualmente vierem a ser concedidos aos membros da Diretoria ou do Conselho de Administração.

b. Opção de subscrição ou compra de ações outorgadas pela Companhia

Em 18 de fevereiro de 2010, com o objetivo de promover os interesses da Companhia e atrair administradores, empregados e prestadores de serviços, os acionistas, em Assembléia Geral Extraordinária, aprovaram o Programa de Outorga de Opção de Subscrição ou Compra de Ações Ordinárias (o “Programa”). O Programa teve alterações aprovadas em 30 de abril de 2010 pelos acionistas em Assembléia Geral Extraordinária. De acordo com o Programa, o Conselho de Administração poderá, dentro do limite de capital autorizado da Companhia e respeitado o disposto no Programa, outorgar opções de compra de ações em favor de administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviço à Companhia ou sociedade sob seu controle, direto ou indireto.

O número total de ações destinadas ao Programa não poderá ultrapassar (i) 12.000.000 (doze milhões) de ações ou (ii) 5% (cinco por cento) do número total de ações de emissão da Companhia, dentre tais limites, o que for maior. Cada opção corresponde ao direito de adquirir ou subscrever 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia (as “Opções”).

No trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2011 foram canceladas 400.000 (quatrocentas mil) Opções em função da saída de executivo do quadro de pessoal da Companhia.

Até 30 de junho de 2011, a Companhia outorgou um total de 520.000 (quinhentos e vinte mil) Opções com base no Programa, sujeitas a um período máximo de carência de 3 (três) anos. O prazo máximo de vigência das Opções é de 5 (cinco) anos, com liquidação em ações ordinárias da Companhia ao preço médio ponderado de exercício, assim como mínimo e máximo, de R\$ 0,01 (um centavo de real). O saldo de R\$ 582 (R\$ 622 em 31 de dezembro de 2010) refere-se às Opções outorgadas que são exercíveis caso os executivos completem os diversos períodos de serviços prestados à Companhia tidos como condição de exercício das Opções e levou em consideração os seguintes fatores na sua apuração:

Notas Explicativas

- a. Número de meses de serviços efetivamente prestados à Companhia até 30 de junho de 2011, em relação ao período máximo de carência das Opções outorgadas de 3 (três) anos;
- b. Preço justo de R\$ 3,00 (três reais) por ação ordinária, em 19 de agosto de 2010, com base em três parâmetros, cumulativamente considerados, previstos no artigo 170, § 1º da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, a saber: valor da cotação das ações (código "AORE3") na BM&FBOVESPA S.A., valor do patrimônio líquido e perspectiva de rentabilidade futura, e que serviu de base para o último aumento de capital aprovado pela Companhia.

17 Contingências

Em 30 de junho de 2011, a Companhia é parte em ação judicial de natureza cível onde os autores exigiram a mudança da razão social da Companhia e indenização estimada em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) mil por supostos prejuízos em razão da Companhia utilizar a expressão "Steel" ao se apresentar ao mercado. Baseada na avaliação de seus assessores legais, as probabilidades de perdas foram classificadas como possíveis, portanto, não requerendo o reconhecimento de provisão contábil em conformidade com o CPC 25.

18 Partes relacionadas

a. Considerações

As transações com partes relacionadas referem-se a transferências de natureza financeira que foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado (Nota Explicativa nº 12) e concessão de benefícios para o pessoal-chave da administração (Nota Explicativa nº 16).

b. Controlador e pessoal-chave

O acionista controlador da Companhia é a Metropolis Capital Markets GmbH, que no Brasil também é controlador da Metropolis Capital Markets Participações Ltda., da Metropolis Empreendimentos Imobiliários S.A. e da Domus Populi Participações S.A.

O pessoal-chave da administração da Companhia são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade.

c. Transações entre partes relacionadas

Os montantes referentes às transações entre partes relacionadas estão apresentados abaixo:

Balanco Patrimonial	30/06/2011	31/12/2010
Empréstimos com controladora	46.623	48.992
Opções Outorgadas	582	622
Demonstração de Resultados Trimestres Findo Em:	30/06/2011	30/06/2010
Benefícios de curto prazo (i)	480	3.453
Opções de ações reconhecidas (ii)	(269)	-
Demonstração de Resultados Semestres Findo Em:	30/06/2011	30/06/2010

Notas Explicativas

Benefícios de curto prazo (i)	932	6.738
Opções de ações reconhecidas (ii)	(40)	-

(i) Inclui a remuneração dos Diretores, composta por um valor fixo e variável dentro do limite estabelecido na Nota Explicativa nº 16 (a);

(ii) Forma de liquidação em ações ordinárias.

19 Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os trimestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Resultado básico por ação trimestres findo em :	30/06/2011	30/06/2010
Resultado líquido no trimestre	(1.025)	(3.769)
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares de ações)	80.359	78.783
Resultado básico por ação no trimestre (Em R\$)	(0,0128)	(0,0478)

Resultado diluído por ação trimestres findo em:	30/06/2011	30/06/2010
Resultado líquido do trimestre	(1.025)	(3.769)
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares de ações)	80.359	78.783
Diluição - Opções de ações (em milhares de ações)	280	-
Média ponderada de ações ordinárias ajustadas pela diluição	80.639	78.783
Resultado diluído por ação no trimestre (Em R\$)	(0,0127)	(0,0478)

Resultado básico por ação semestres findo em :	30/06/2011	30/06/2010
Resultado líquido no semestre	53.543	(6.979)
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares de ações)	80.359	78.783
Resultado básico por ação no trimestre (Em R\$)	(0,66220)	(0,08860)

Notas Explicativas

<i>Resultado diluído por ação semestres findo em:</i>	30/06/2011	30/06/2010
Resultado líquido do semestre	(53.543)	(36.979)
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares de ações)	80.359	78.783
Diluição - Opções de ações (em milhares de ações)	280	-
Média ponderada de ações ordinárias ajustadas pela diluição	80.639	78.783
Resultado diluído por ação no trimestre (Em R\$)	(0,6640)	(0,08860)

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

20 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do período apresentam a seguinte reconciliação:

	<u>Trimestres Findos</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
A Receita bruta de vendas	-	-
B Lucro presumido (32% sobre A)	-	-
C (+) Demais receitas auferidas	1.927	-
D (=) Base de cálculo do IRPJ e da CSLL (B + C)	1.927	-
E IRPJ - 15% sobre D	289	-
F IRPJ - 10% sobre o resultado de E menos R\$ 60 mil	187	-
G CSLL - 9% sobre D	173	-
H Provisão para despesa com IRPJ e CSLL	649	-

	<u>Semestres Findos</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
A Receita bruta de vendas	78.429	-
B Lucro presumido (32% sobre A)	25.097	-
C (+) Demais receitas auferidas	3.308	-
D (=) Base de cálculo do IRPJ e da CSLL (B + C)	28.405	-
E IRPJ - 15% sobre D	4.261	-
F IRPJ - 10% sobre o resultado de E menos R\$ 60 mil	2.829	-
G CSLL - 9% sobre D	2.556	-
H Provisão para despesa com IRPJ e CSLL	9.646	-

21 Outras informações

Alteração da denominação social

Em 29 de abril de 2011, em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovada por unanimidade dos acionistas presentes, a alteração da denominação social da Companhia de "Steel do Brasil Participações S.A." para "All Ore Mineração S.A."

Mudança de diretoria

Notas Explicativas

Em Reunião do Conselho de Administração de 13 de abril de 2011, foi (i) aprovada a destituição do Sr. Adherbal Guimarães Rego do cargo de Diretor da Companhia e (ii) foi eleita a Srta. Rita de Cássia Lo Sciuto para ocupar o cargo de Diretora Administrativa da Companhia.

22 Eventos subsequentes

Em 1º de julho de 2011, a Companhia ajuizou em face de Campina Participações S.A., Edson Pereira Duda, Natalina Sacchi Duda e Pio Egidio Sacchi ação de execução por quantia certa contra devedor solvente cobrando a devolução da Taxa de Exclusividade, paga pela Companhia à Campina após assinatura da Oferta Vinculante e Contrato anexo para aquisição de 100% das ações da MHAG Serviços e Mineração S.A., correspondente, no momento do ajuizamento da ação, a R\$ 24.028. A perspectiva de efetivo recebimento de tal valor foi considerado como provável, mas não praticamente certo, conforme avaliação dos advogados da Companhia.

Em 20 de julho de 2011, a Companhia ajuizou em face de MHAG Serviços e Mineração S.A. ação de execução por quantia certa contra devedor solvente cobrando a devolução de empréstimos feitos pela Companhia após assinatura da Oferta Vinculante e Contrato anexo para aquisição de 100% das ações da MHAG Serviços e Mineração S.A., correspondentes, no momento do ajuizamento da ação, a R\$ 8.756. A perspectiva de efetivo recebimento de tal valor foi considerado provável, mas não praticamente certo, conforme avaliação dos advogados da Companhia.

Efeitos dos eventos subsequentes nas informações financeiras intermediárias

A Administração da Companhia declara que o efeito financeiro decorrente dos eventos subsequentes informados acima será de aumento em caixa e equivalentes de caixa quando do efetivo recebimento dos litígios ou o reconhecimento de perda por *impairment* se eventualmente haja evidências para tal procedimento em períodos subsequentes.

* * *

Diretoria

Juarez Saliba de Avelar
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Rita de Cássia Lo Sciuto
Diretora

Gerson Luiz Petterle
Diretor

Contador

Alessandro de Oliveira Leme
CRC: 1SP236426/O-6

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração, Diretores e Acionistas da
All Ore Mineração S.A., nova denominação social
da Steel do Brasil Participações S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da All Ore Mineração S.A., nova denominação social da Steel do Brasil Participações S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e as das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ênase sobre continuidade dos negócios da Companhia

A Companhia foi constituída em 18 de agosto de 2008 com o objetivo descrito na Nota Explicativa nº 1 e encontra-se em fase pré-operacional. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, o que depende do suporte financeiro de seus acionistas para a liquidação de suas obrigações e para execução dos fatores também descritos na referida Nota Explicativa. Essas demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes associados com as incertezas inerentes a essa fase de suas operações.

São Paulo, 10 de agosto de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Ricardo Anhesini Souza
Contador CRC 1SP152233/O-6